

COMPORTAMENTO DOS INDICES FINANCEIROS EM UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO - FUNCERN

Edilson Cortez de Azevedo Junior¹

Fabiana Lucena Bezerra Azevedo²

RESUMO

A participação das Fundações de Apoio no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão junto às instituições de ensino Federal são expressivas a cada ano, com isso, é de importância primordial que as Fundações adotem um sistema de gerenciamento capaz de torna-las autossustentáveis identificando nas suas demonstrações possíveis pontos para uma melhor adequação dos seus processos administrativos. Existem deficiências na gestão dessas instituições, assim como, a dificuldade de captar recursos próprios. Através deste mecanismo, cria-se a possibilidade de verificar se as operações da organização gera resultado, se apenas cobrem os seus custos, ou até mesmo se são incapazes de cobrirem os seus custos. A entidade em questão é a FUNCERN, Fundação de apoio ao IFRN. A fundamentação teórica evidencia a origem, conceitos e abrangência do Terceiro Setor, e tratando também da legislação que regulamenta as Fundações de Apoio. A metodologia centra-se na revisão bibliográfica sobre os temas, além de uma pesquisa empírica, sendo necessárias adaptações para a avaliação econômica da entidade. Este trabalho tem como objetivo geral: apresentar a importância da análise financeira para uma Organização do Terceiro Setor, elaborar e analisar os indicadores de desempenho financeiro. Finalmente a estratégia utilizada para elaboração da pesquisa constitui-se em um estudo de caso, tendo referencia os exercícios de 2014, 2015 e 2016. As informações coletadas foram realizadas por pesquisa documental nos relatórios contábeis e documentos internos. Foram realizadas avaliações acerca das demonstrações com os dados originais. Por fim, as Organizações do Terceiro Setor devem ser analisadas e

¹ Acadêmico do Curso de Pós-graduação em Auditoria e Perícia Contábil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: junior@funcern.br

² Professora Mestre. Orientadora do Curso de Pós-graduação em Auditoria e Perícia Contábil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: fabianaazevedo@unirn.edu.br

administradas como verdadeiras empresas, já que possuem patrimônio social e dada a sua importância para a sociedade como um todo, zelando assim pela sua continuidade, isto é, pela sua sustentabilidade financeira.

Palavras-chave: Análise Financeira. Indicadores. Fundação de Apoio.

BEHAVIOR OF FINANCIAL INDICES IN A THIRD SECTOR ORGANIZATION: A CASE STUDY IN A SUPPORT FOUNDATION - FUNCERN

ABSTRACT

The participation of the Foundations of Support in the development of teaching, research and extension activities with the Federal educational institutions are expressive each year, therefore, it is of primary importance that the Foundations adopt a management system capable of making them self-sustaining by identifying in its statements possible points for a better adaptation of its administrative processes. There are deficiencies in the management of these institutions, as well as the difficulty of raising their own resources. Through this mechanism, it is possible to verify that the organization's operations generate results, if they only cover their costs, or even if they are unable to cover their costs. The entity in question is FUNCERN, the IFRN Support Foundation. The theoretical foundation evidences the origin, concepts and scope of the Third Sector, and also dealing with the legislation that regulates the Foundations of Support. The methodology focuses on the bibliographic review on the subjects, besides an empirical research, being necessary adaptations for the economic evaluation of the entity. This paper aims to present the importance of the financial analysis to a Third Sector Organization, to elaborate and analyze the financial performance indicators. Finally, the strategy used to prepare the research is a case study, referring to the 2014, 2015 and 2016 financial years. The information collected was done through documentary research in the accounting reports and internal documents. Evaluations were carried out on the statements with the original data. Finally, Third Sector Organizations should be analyzed and managed as real companies, since they have social assets and given their importance to society as a whole, thus ensuring their continuity, that is, their financial sustainability.

Keywords: Financial Analysis. Indicators. Foundation of Support.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Um das competências necessárias para o gestor do Terceiro Setor segundo Araújo, Assaf Neto e Fregonezi (2006) é a capacidade de conhecer e desenvolver todas as possibilidades disponíveis para a obtenção de recursos de maneira a tê-los em volume suficiente, de forma continuada e sem gerar dependência ou subordinação a alguma fonte individual de financiamento, isso, por que, grande parte das entidades do Terceiro Setor enfrentam vários desafios para desempenhar o papel social o qual se propõem, e uma delas está na captação de recursos, pois estas necessitam de recursos financeiros para realização das suas atividades. Apesar da captação de recursos não ser o objeto principal de suas ações, essas entidades não devem fazê-lo de forma desorganizada, sem um planejamento, pois elas só alcançarão seus objetivos se houver quem as financiem. Costa e Rosa (2003, p. 2 apud ARAÚJO; ASSAF NETO; FREGONEZI, 2006, p. 110) “[...] apesar de terem características peculiares, são empresas privadas, que devem ser administradas de modo a se sustentar, e estão sujeitas a todas as intempestividades do ambiente no qual estão inseridas”.

Todavia, observa-se que, no Brasil, a gestão financeira utilizada por instituições do Terceiro Setor são adaptações de modelos desenvolvidos para as Empresas privadas, as quais possuem características distintas. A proposta dessa pesquisa se restringe no enfoque econômico-financeiro. Segundo Assaf Neto (2015), a análise das demonstrações contábeis é uma arte, pois não há nenhuma metodologia formal de análise válida nas diferentes situações e aceitas em unanimidade pelos analistas. Eles defendem que, apesar das técnicas já desenvolvidas, é impossível sugerir uma sequência metodológica ou um instrumental científico capazes de fornecer diagnósticos sempre precisos das empresas.

Cabe destacar que os resultados das análises econômico-financeiras baseadas em demonstrações contábeis dependem da qualidade dos dados registrados nesses relatórios, como por exemplo, da exatidão dos números, do

atendimento às normas e princípios.

Diante disso, surge a seguinte questão: Como se comporta os índices financeiros em uma instituição do terceiro setor?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar o comportamento financeira-econômico em uma Organização do Terceiro Setor.

1.3 JUSTIFICATIVA

A proposta do trabalho é fazer um melhor entendimento sobre o Terceiro Setor especificamente as fundações de apoio e sobre as entidades que o compõem; suas características básicas e sua importância para a Sociedade.

As entidades do Terceiro Setor devem ser analisadas e administradas como verdadeiras empresas, já que possuem serviços, produtos, clientes e público-alvo. Nesse sentido, a Contabilidade comprova sua importância na demonstração das origens e aplicações dos recursos, fazendo uma análise das demonstrações financeiras, evidenciando o aspecto da transparência. Isso é fundamental para tornar público a responsabilidade social da empresa, onde estão sendo aplicados os recursos, mostrando assim o trabalho realizado como também o resultado financeiro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 IDENTIFICANDO O TERCEIRO SETOR

No Brasil, assim como no mundo, existe um elevado número de organizações que compõem o universo das instituições sem fins lucrativos. Essas organizações apresentam como uma das características mais marcantes a heterogeneidade.

A expressão sem fins lucrativos, largamente usada para designar as entidades fora do contexto do Estado e do mercado (que congrega as entidades de fins econômicos), não reflete, por si só, o que são e qual o

efetivo papel que desempenha no contexto social, econômico e político contemporâneo. Além disso, o próprio conceito de “lucro” é muito abrangente e, portanto deve ser muito bem caracterizado. Ter “lucro” é uma questão de sobrevivência para qualquer tipo de entidade, com ou sem fins lucrativos (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 1).

Assim, pode-se citar, como exemplo dessas entidades, os clubes de futebol, hospitais e universidades privadas, associações de interesse mútuo, centros comunitários, entidades ambientalistas, associações de bairro, centros de juventude, associações de produtores rurais, organizações de defesa de direitos, fundações e institutos empresariais, clubes recreativos e esportivos, organizações não governamentais, creches, asilos, abrigos, organizações religiosas, cartórios, serviços sociais autônomos, partidos políticos e sindicatos.

A expressão Terceiro Setor deriva da ideia de que a sociedade civil é dividida em Primeiro Setor - Estado, Segundo Setor - mercado ou empresas privadas e Terceiro Setor - “temos como Terceiro Setor todas as organizações não-governamentais que não objetivam lucro e que tenham fins lícitos de interesse coletivo, registradas ou não, e, quando registradas, ou são fundações ou são associações” (REZENDE et al., 2006, p. 26).

As organizações que compõem o terceiro setor são caracterizadas por serem não governamentais, não visarem ao lucro, nem distribuírem eventuais excedentes financeiros provenientes de suas atividades, além de produzirem serviços para o atendimento de demandas de uma coletividade. Desta forma, o terceiro setor caracteriza por ser formado por organizações privadas de iniciativa da sociedade civil e pública em suas atividades fim. Nesse sentido, o Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos, com um objetivo social bem definido, ou seja, promover benefícios à sociedade (ARAÚJO; ASSAF NETO; FREGONEZI, 2006).

Suas atividades são tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado. Ocorre que o Estado não consegue desempenhar seu papel social de maneira satisfatória. Daí, a sociedade se organiza em associações e fundações, buscando, ao menos, amenizar a inoperância do Estado. Muito ainda precisa ser feito, mas a sociedade organizada tem desempenhado um papel de mais alta importância social (FRANÇA et al. 2015, p. 26-27).

O termo terceiro está sendo difundido e aceito para designar as iniciativas provenientes da sociedade civil, no intuito de contribuir para o saneamento dos problemas que afligem uma parcela da sociedade. Deve ser entendido não somente

como um conjunto de entidades assistenciais que prestam seus serviços a uma coletividade menos favorecida. Ela engloba um conjunto maior de organizações, Segundo Olak e Nascimento (2010), as principais categorias do terceiro setor no Brasil são: Associações, Organizações filantrópicas beneficentes e de caridade; Organizações não governamentais (ONGs), Fundações Privadas e Organizações Sociais. Este último o governo brasileiro, objetivando implementar suas políticas sociais, tem buscado mecanismos para normatizar as ações do setor no que se refere à disponibilização de recursos públicos e na normatização legal, monitorando seus parceiros por meio de termos de parcerias e contratos de gestão.

2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

Prestação de contas é outro fato importante nas entidades do Terceiro Setor, Grazioli e Rafael (2009) apontam para o problema da necessidade de transparência e do cumprimento da responsabilidade da organização de prestar contas perante os diversos entes públicos que têm interesses legítimos diante delas, sendo problema que passa pela maioria das Fundações de apoio que devem não somente prestar contas, mas fornecer uma resposta a sociedade sobre o controle e transparência na administração dos recursos.

Nakagawa (1987, p. 17 apud OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 21-22) define o termo accountability “como sendo a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes”. Segundo Marcovitch (1997 apud OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 20) as ESFL – entidades sem fins lucrativos, por desempenhar função de interesse público, esperam-se que cultive a transparência quanto aos seus projetos, como também aos resultados obtidos e os recursos alocados. Nesse sentido, a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade. Marcovitch (1997 apud OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 23-24) evidencia pelo menos três elementos caracterizadores do gerenciamento e controle aplicado às entidades sem fins lucrativos, denominadas de Terceiro Setor: transparência (accountability), relatórios de avaliação (desempenhos) e instrumentos de comunicação (relatórios contábeis).

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Uma das dúvidas mais frequentes dos dirigentes de entidades de interesse social (incluídas aí as fundações e associações) se refere à lei aplicável à contabilidade das instituições que administram. Até o ano de 1999, não havia porque falar em legislação específica, pois o ordenamento jurídico brasileiro não contemplava essas organizações com tal nível de elucidação. Restava utilizar, por analogia, de legislações pertinentes a outras figuras do mundo jurídico, em especial a aplicável às sociedades anônimas (Lei n.º 6.404, de 15/12/1976).

No Brasil, as normas contábeis quase sempre foram de caráter geral, com exceção daquelas para o setor financeiro, o setor público e para as atividades de regulação estatal, considerados setores relevantes para a economia.

A legislação societária das sociedades anônimas (Lei n.º 6.404/1976), as normas gerais de escrituração contábil e de elaboração das demonstrações contábeis, tendo como base de orientação geral a norma que trata dos Princípios de Contabilidade, eram aplicadas às demais entidades, independentemente da sua atividade. Cabia ao contador fazer as adaptações necessárias para se terem relatórios contábeis e financeiros condizentes com a realidade das operações da Entidade sem fins lucrativos. Tinha-se ainda que estarem atentos aos atos normativos da Receita Federal do Brasil, que, uma vez ou outra, traziam procedimentos contábeis a serem aplicados, no intuito da arrecadação tributária ou do controle do tributo ou do benefício fiscal, mas que a sua utilização quase sempre se tornava obrigatória para fins de informações de natureza tributária.

As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas entidades do Terceiro Setor têm suas estruturas estabelecidas por meio da Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução nº 847/99 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

No primeiro momento, em busca de orientação normativa para o terceiro setor, foi editada a Lei n.º 9.790, de 23/3/1999, e sua regulamentação, que se inserem de forma inquestionável no Direito positivo brasileiro como a legislação que nasceu para servir de parâmetro e de referência para a contabilidade das entidades sem fins lucrativos. Entretanto, as demonstrações cuja Lei n.º 9.790/1999 exige dessas entidades têm suas estruturas estabelecidas na Lei das Sociedades Anônimas (n.º 6.404/1976), ou seja, ainda com a configuração para entidades mercantis.

A referida lei exige que a entidade insira em seu estatuto a obrigatoriedade da “observância dos Princípios de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade” (Art. 4º, VII, “a”), além da elaboração do “Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício” (Art. 5º, III). O regulamento (Decreto n.º 3.100/1999, Art. 11, § 2º, IV, V e VI) acrescentou a esses demonstrativos a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. No entanto, em face da Lei n.º 11.638, de 2007, a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. Além das Leis n.º 6.404/1976 e n.º 9.790/1999, a contabilidade das entidades do Terceiro Setor deveria seguir as especificações das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As primeiras resoluções expedidas nesse sentido foram a de n.º 686/1990, que aprovou a NBC T 3

As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros são as determinadas pelo CPC 26. As Demonstrações Contábeis elencadas pelo CPC 26, item 10, são as seguintes: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Período, Demonstração do resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Embora não constitua obrigatoriedade, de acordo com a previsão constante no art. 176, § 6º, da Lei nº 6.404/76, as entidades sem fins lucrativos, para maior transparência contábil, se assim desejarem, poderão elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Atente-se, ainda, que o item 10.19.3.3 da NBC T 10.19 também dispõe que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por Notas Explicativas.

2.4 FUNDAÇÕES

Como pessoa jurídica de direito privado prevista no Art. 44 do Código Civil, a fundação consiste em um complexo de bens destinados à consecução de fins sociais e determinados, ostenta também papel valoroso e de extremo relevo dentro das sociedades em que se insere, pois é instrumento efetivo para que os homens prestem serviços sociais e de utilidade pública diretamente a todos aqueles que necessitam, bem como possam transmitir às sucessivas gerações seus ideais e

convicções, e seguir atuando.

A fundação é uma instituição de fins determinados (finalidade esta que depende da vontade do instituidor), formada pela atribuição de personalidade jurídica a um complexo de bens livres, que é o patrimônio, o qual será administrado por órgãos autônomos em conformidade com as previsões do estatuto. Assim, podemos relacionar as cinco principais características das fundações: a) a finalidade ou os fins; b) a origem ou a forma de criação; c) o patrimônio; d) o modo de administração; e) o velamento do Ministério Público.

A finalidade, sempre lícita, é permanente, uma vez que, após definida pelos instituidores, em escritura ou testamento, não pode ser modificada pelos administradores (CC, art. 67, II).

Quanto à origem da fundação, esta é realizada pela manifestação de liberdade de pessoas físicas ou jurídicas, que são os instituidores, por meio de escritura pública ou cédula testamentária (CC, art. 62).

Com relação ao patrimônio, este de primordial importância na caracterização da pessoa jurídica fundacional, é composto por bens livres que os instituidores legam ou doam à futura entidade, para que ela possa, com aquela dotação inicial, realizar as suas finalidades.

De acordo com Grazioli e Rafael (2009), o modo de administração ou a organização administrativa é característica basilar do ente fundacional, pois, ao vincular-se um patrimônio a um fim verificou-se a necessidade de diferenciarem-se os instituidores dos administradores e de organizar esses órgãos autônomos, mas subordinados, cabendo-lhes: deliberar e traçar metas e diretrizes, função do conselho curador ou deliberativo; executar função do conselho administrativo ou executivo e controlar internamente função do conselho fiscal.

2.4.1 Fundação de Apoio

As Fundações de Apoio são instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa. Devem ser constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e serão regidas pelo Código Civil Brasileiro. Sujeitam-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do

Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bienalmente.

Segundo a classificação de Grazioli e Refael (2009, p. 59) são Fundações, instituídas por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, de apoio às instituições públicas de ensino superior, de extensão, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. Que descreve como sendo fundações de apoio as universidades e instituições de ensino superior públicos são instituídas com o objetivo de auxiliar essas instituições. Visando contribuir com a academia pública.

O art. 1º da lei 8.958/94 define o seguinte a respeito das Fundações de Apoio:

As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, sobre as quais dispõe a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão realizar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010).

As Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia são requeridos em razão da relação entre as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações de apoio dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais.

A Lei também dispõe sobre as relações entre as instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e a fundação de apoio. Estabelece rígidos mecanismos de controle, sobretudo pelo Tribunal de Contas da União, e exige como condição de funcionamento, o prévio registro e credenciamento dessas fundações no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência e Tecnologia (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

A mesma norma autoriza as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, contratem as fundações de apoio, nos termos com dispensa de licitação, por prazo determinado (inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993). E no seu Art. 3º estabelece que, na execução de atividades que

envolvam a aplicação de recursos públicos estabelece que:

Art. 3. As fundações de apoio são obrigadas a:

- I – observar a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, referentes à contratação de obras, compras e serviços;
- II – prestar contas dos recursos aplicados aos órgãos públicos financiadores;
- III – submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante;
- IV – submeter-se à fiscalização da execução dos contratos de que trata esta lei pelo TCU e CGU.

2.4.2 Contratos e Convênios

O relacionamento entre as fundações de apoio e as IFES se dá mediante assinatura de convênios, acordos e contratos envolvendo repasse de recursos financeiros. Lei 8.958 de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto Nº 7.423 de 14 de dezembro de 2010, em seu art. 1º autoriza as IFES a celebrar contratos e convênios com as suas Fundações de Apoio com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira.

Convênio: é um acordo de vontades firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização e objetivos de interesse comum entre os partícipes, em regime de mútua cooperação.

Contrato: É um acordo de vontades firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações e contraprestações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada. Conforme o parágrafo 1º, art. 48 do Decreto nº 93.872/1986, “é caracterizado pela existência de interesses antagônicos” (BOCCHI, 2013).

A diferença entre os dois está que no convênio os interesses entre os partícipes são comuns e recíprocos, no contrato os interesses não coincidem, ou seja, são opostos e contraditórios, na medida em que um quer a prestação e o outro almeja a contraprestação (valor), sendo esta a principal diferença, também no convênio existe uma mútua colaboração, mas jamais se cogita de preço e remuneração, sendo que esta última é essencial para o contrato.

2.4.3 Imunidade e Isenção

As fundações privadas, como todas as entidades não lucrativas íntegras, podem e devem ocupar lugar de destaque na sociedade, porque participam da solução de várias necessidades de desenvolvimento cultural e assistencial como ocorre com a FUNCERN. Grazioli e Refael (2009, p. 176) “o reconhecimento se traduz na valorização de todo o trabalho efetivado por essas entidades, e não há melhor recompensa que a regulamentação de um regime fiscal favorável”, que nada mais justo que o Poder Público reconheça dar uma contrapartida tributária por esse trabalho desenvolvido.

Imunidade: decorre de norma constitucional, que impõe vedações de diversas naturezas ao Poder Público, no que diz respeito à instituição, majoração, tratamento desigual, cobrança de tributos, entre outras limitações.

O art. 150 da Constituição Federal estabelece que são imunes à tributação “templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos”. Essa imunidade impede a incidência de tributação sobre determinado fato, categoria ou pessoa.

Isenção: A isenção é a inexigibilidade temporária do tributo, muito embora previsto em lei e com a ocorrência do fato gerador. São consideradas isentas, de acordo com o art. 15 da Lei nº. 9.532/1997, as instituições de caráter filantrópico recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais foram instituídas, sem fins lucrativos. Essa isenção é aplicada exclusivamente em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e também a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

2.5 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FUNCERN

Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte - Fundação de Apoio ao IFRN, regida pela Lei 8.958/94, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, sediada em Natal-RN, constituída por pessoas jurídicas, com atuação em âmbito nacional, fundada por 08 (oito) Instituidores: Simas Industrial S.A; TELEMAR - Telecomunicações do Rio G. do Norte, Petrobras

S.A; Supermercados Nordeste S.A; Know-How Consultorias e Sistemas Ltda; Rio Tinto Brasil Ltda e FECOERN - Fed. das Coop. de Energia Rural do RN em 19 de novembro de 1998. Com objetivos ao apoio à educação e ao desenvolvimento tecnológico do Rio Grande do Norte.

A FUNCERN atua na prestação de serviços de produção, no âmbito tecnológico, científico e cultural, além de extensão e pesquisa tecnológica junto a órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais. Desenvolve projetos específicos para a necessidade de cada parceiro, ou implanta os projetos já existentes. Tem capacidade de desenvolver projetos nas áreas de desenvolvimento local, Educação, Extensão, Pesquisa, Qualificação, Tecnologia e oferecer Consultorias.

O IFRN tem como função social promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão, nos âmbitos científico, tecnológico e humanista. Com o objetivo de apoiar as ações do Instituto, a FUNCERN desburocratiza a execução de importantes projetos de pesquisa e extensão, cuja comunidade é a principal favorecida prestando apoio para atender a demandas resultantes do processo de implantação dos novos campi do IFRN no interior do Rio Grande do Norte (Caicó, Apodi, Macau, João Câmara, Pau dos Ferros, Santa Cruz e Ipanguaçu), além do auxílio dado às unidades anteriormente implantadas (Mossoró, Currais Novos, Zona Norte de Natal e Natal-Central).

Além disso, a FUNCERN financia os diversos eventos promovidos pelo IFRN, por meio de suas diretorias e departamentos, e as ações de modernização dos laboratórios de análises químicas, sendo também responsável por incorporar ao patrimônio do Instituto, por meio de Termo de Doação, equipamentos de informática, bibliográficos e mobiliários, resultantes dos convênios de parceria, tudo à luz da legislação e normas pertinentes ao assunto.

Também promove treinamento e capacitação de pessoal especializado em parceria com o segmento produtivo, permitindo uma articulação deste com o ambiente acadêmico. Atua em programas voltados ao bem estar social e desenvolvimento sustentável nas regiões urbanas e rurais. Viabiliza a concessão de bolsas de estudos no país e no exterior. Promove cursos, seminários, conferências e congressos para uma melhor capacitação técnica da comunidade. Exerce apoiando atividades de desenvolvimento tecnológico, científico, social e cultural. Também estimula a ação de projetos de pesquisa e desenvolvimento, bem como incrementar

ações junto a órgãos financiadores e de fomento, colabora com entidades que realizem trabalhos na mesma linha de atuação, e assim, promove e estimula a prestação de serviços à comunidade.

Podendo estender centros de desenvolvimento de tecnologia em parceria com instituições públicas ou privadas, viabilizando recursos para promoção e apoio à pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento de tecnologias no IFRN.

Presta consultorias em diversas áreas, tais como: desenvolvimento sustentável, educação, gestão, pesquisa e tecnologia. E desenvolve cursos em sintonia com as necessidades de cada caso, além de contar com uma grande variedade de cursos já expandida em diversos segmentos.

2.6 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A Administração Financeira deve ocupar uma condição de destaque e prioridade nas empresas. Assim como as empresas podem caminhar mais intensamente para o sucesso com uma boa administração financeira, a ausência e má execução dessa atividade pode representar a decadência de um negócio.

Essencialmente falando, trata-se de uma atividade que lida com a administração das finanças de uma empresa ou organização, visando planejá-las, controlá-las e utilizá-las para obter o melhor resultado possível para o negócio. “a contabilidade financeira preocupa-se com o fornecimento de informações a acionistas, credores e outros agentes situados fora da organização” (GARRISON, NOREEN; BREWER, 2007, p.40).

2.7 CONTABILIDADE GERENCIAL

As ideias básicas da contabilidade gerencial foram desenvolvidas em organizações de manufaturas. Essas ideias, entretanto, evoluíram de modo que se aplicam a todos os tipos de organizações inclusive de serviços com fins lucrativos. Quase todas as organizações sem fins lucrativos. Gestores e contadores dessas organizações tem muito em comum com suas contrapartes em organizações com fins lucrativos. Há dinheiro a ser gasto. Há orçamentos a ser preparados e sistemas de controle a ser projetados e implementados. Há uma obrigação de usar os recursos sabiamente. Se usado de maneira inteligente, a

contabilidade contribui para a eficiência das operações e auxilia as organizações sem fins lucrativos a atingir seus objetivos. “a contabilidade gerencial fornece os dados essenciais e necessários para gerir uma organização” (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2007, p.4).

De forma geral, as empresas devem utilizar a contabilidade gerencial para direcionar seus negócios, utilizando-a também como um instrumento de análise de desempenho dos resultados, considerando-se que tal prática proporciona segurança nas operações presentes e futuras.

2.8 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações contábeis são relatórios de natureza contábil-financeira, exigidas pelas normas de contabilidade, com periodicidade ordinária ou extraordinária, contemplando o estado patrimonial de entidade em determinada data ou momento, fluxos financeiros e gestão em determinado período.

A NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis define demonstrações contábeis como sendo:

7. [...] Demonstrações contábeis de propósito geral (referidas simplesmente como demonstrações contábeis) são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares. 9. As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados [...].

2.8.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial representa uma demonstração de diversas naturezas que compõe a riqueza da entidade, por isso é dita estática, e se refere ao estado patrimonial em determinado momento. O patrimônio das entidades do terceiro setor está explícito na demonstração do Balanço Patrimonial, que evidencia as origens e aplicações de recursos. Essa demonstração possibilita, ainda abstrair outras

informações além das patrimoniais, como a posição financeira a curtíssimo prazo e as variações do capital circulante líquido. “essa demonstração serve como elemento de partida, indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira, sendo necessária para qualquer tipo de organização” (LIMA; FREITAG, 2014, p. 101)

A referida NBC TG - Estrutura Conceitual, no item 4.4, apresenta definições dos elementos da composição do balanço patrimonial, que estão a seguir demonstrados:

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

- a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

2.8.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

Esta demonstração deve mostrar o resultado da gestão da entidade em dois períodos comparativos, segregando as operações próprias das operações em parcerias. A evidenciação completa das operações deve ser feita nas notas explicativas.

2.8.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

É uma evidenciação de suma importância para a gestão financeira das entidades do terceiro setor. Por meio dela, é possível verificar a mobilidade dos recursos disponíveis da entidade. Proporcionar ainda a informação de liquidez a curtíssimo prazo e a variação da disponibilidade entre um período e outro, possibilitando a realização de um estudo preditivo com base em inferências sobre a necessidade de caixa da instituição.

2.8.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Essa demonstração contábil tem o propósito de apresentar as variações ocorridas no patrimônio líquido da Entidade sem Finalidade de Lucros, e a sua posição contábil-financeira ao final do período, tendo como base a movimentação ocorrida nas contas que fazem parte de sua composição. Ela também evidencia as origens da entidade, como foram constituídas e sua movimentação. Por meio dessa demonstração, é possível controlar de onde vêm os recursos destinados à instituição.

2.8.5 Notas Explicativas

As demonstrações financeiras, por si sós, não satisfazem a necessidade de informação, ou seja, em alguns momentos não trazem informações mais detalhadas a respeito de algum fato contábil ou grupos de contas. Por esse motivo, faz-se necessário utilizar as notas explicativas, que são previstas na Lei 6.404/1976, art. 176, parágrafo 5º, e atualizada pela Lei nº. 11.941/2009.

2.8.6 Relatório de Atividades

De acordo com Lima e Freitag (2014, p. 60) o relatório de atividades é um “documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos no período da gestão, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva realização, de acordo com as finalidades estatutárias da entidade”. O relatório deve ser elaborado em todos os exercícios financeiros e também para cada gestão, recomenda-se que o relatório de atividades tenha uma linguagem acessível e possibilite ao usuário verificar a atuação da entidade de acordo com seus fins estatutários. No entanto, esses relatórios não podem ser demasiadamente analíticos.

2.9 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Assaf Neto (2015) parte da ideia de que a análise das demonstrações contábeis é uma arte, pois não há nenhuma metodologia formal de análise válida nas diferentes situações e aceitas em unanimidade pelos analistas. Ele defende que, apesar das técnicas já desenvolvidas, é impossível sugerir uma sequência metodológica ou um instrumental científico capazes de fornecer diagnósticos sempre precisos das empresas.

Nesse contexto, a análise das demonstrações contábeis é a análise dos principais relatórios gerados a partir do balanço patrimonial, permitindo que os administradores, empresários e investidores avaliem a real situação econômico-financeira da empresa. É importante destacar que os resultados das análises econômico-financeiras baseadas em demonstrações contábeis dependem da qualidade dos dados registrados nesses relatórios, como por exemplo, da exatidão dos números, do atendimento às normas e princípios, dentre outros.

O objetivo da análise das demonstrações financeiras depende de usuários. Bancos e credores estão interessados na habilidade da entidade de ir ao encontro de suas exigibilidades em determinado período. Acionistas, atuais ou em potencial, estão interessados na estrutura do capital, ganhos e quão eficientemente a entidade usa seus recursos. A gerência está interessada em análises e tendências que revelam forças, fraquezas e problemas em potencial.

2.9.1 Análise de Liquidez

O estudo da capacidade de pagamento de uma empresa é de grande importância para diversos usuários das demonstrações contábeis, como credores por empréstimos, fornecedores e investidores.

Conforme Assaf Neto (2015), “o estudo da liquidez visa conhecer a capacidade de pagamento [...]. Revela, ainda, o equilíbrio financeiro e sua necessidade de investimento em capital de giro”.

Os ativos circulantes de uma empresa, em condições normais, têm como destino a conversão em disponibilidades que, em muitos momentos, servirão para honrar os compromissos da empresa registrados no seu passivo circulante (dívidas de natureza operacional) bem como amortizar os empréstimos e financiamentos

obtidos para o financiamento de capital de giro e do ativo de caráter permanente.

É importante que a análise da liquidez de uma empresa leve em consideração as informações acerca do ciclo operacional da empresa, como prazos de giro dos estoques, pagamentos de compras e recebimentos de vendas a fim de dimensionar adequadamente o montante de capital de giro necessário às suas atividades, uma vez que a manutenção de alta liquidez requererá mais recursos aplicados no ativo circulante que, por sua vez, poderá prejudicar a lucratividade da empresa.

Portanto, o estudo do montante e da qualidade do ativo, assim como dos passivos a satisfazer, torna-se um fator preponderante na análise da situação econômico-financeira de uma empresa.

2.9.2 Grau de Endividamento

O grau ou índice de endividamento é obtido pela relação entre o capital de terceiros (curto e longo prazo) e o capital próprio. $\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{PL}}$. Representa quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$1,00 de capital próprio aplicado.

“O índice também pode ser definido pela relação somente das dívidas de curto prazo ou de longo prazo com o patrimônio líquido, revelando o endividamento em função da maturidade do passivo” (ASSAF NETO, 2015, p. 165). Este índice revela qual o percentual do capital total é composto por capital de terceiros, ou seja, obrigações de curto e longo prazo.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é um procedimento intelectual de investigação que utiliza métodos e técnicas apropriadas com a finalidade de buscar respostas ou soluções ao problema estudado.

De acordo com Gil (1999, p. 42), pesquisa é definida “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

3.1 TIPO DA PESQUISA

A tipologia da pesquisa, quanto ao procedimento do estudo, Beuren (2008, p. 83) “é a maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados” caracteriza-se como estudo de caso, pois analisa o fato com profundidade a respeito de determinado caso específico. Beuren (2008, p. 84) “a pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso”.

A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois tem o objetivo conhecer com maior profundidade, a importância da análise financeira para uma Organização do Terceiro Setor. Quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, onde é feito um estudo na Organização Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN); e quanto à abordagem do problema, ela é qualitativa e quantitativa, pois consta de uma análise no processo de gestão da entidade em estudo.

De forma análoga, Gil (1999 apud BEUREN, 2008, p. 80) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral de determinado fato.

Esta pesquisa também é identificada como uma pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (1999 apud BEUREN, 2008, p. 89) a diferença entre a pesquisa documental e bibliográfica está na natureza das fontes, enquanto a bibliográfica é constituída do trabalho de diversos autores a respeito de determinado assunto; a documental consiste em materiais que não receberam análise e que podem ser reelaborados. Assim qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica. Assim verificamos que a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para se iniciar uma pesquisa científica, pois é através dela que se adquire o prévio conhecimento sobre o objeto pesquisado.

3.2 INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa se deu através das informações dos relatórios das demonstrações contábeis. Dessa forma, foram coletadas as seguintes fontes

primárias: relatórios contábeis dos anos de 2014, 2015 e 2016 publicados pela entidade.

“Analisar os dados significa trabalhar com todo o material obtido durante o estudo, com os relatos de observações, as transcrições de entrevistas, as informações dos documentos e outros dados disponíveis” (BEUREN, 2008, p.136).

Conforme relatado no item anterior, foram coletados dados mediante análise documental de relatórios contábeis. Todas as informações foram compiladas e transformadas em gráficos e tabelas que permitiram a formulação de indicadores e demais elementos necessários à análise dos dados.

4 INDICADORES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ASPECTOS FINANCEIROS

Segundo Assaf Neto (2009), a forma mais correta de interpretar um balanço na sua análise financeira de uma empresa e aferir o desempenho do ativo circulante e do capital de giro líquido, e ainda, medir a liquidez de uma empresa, é através dos inúmeros índices que podem ser utilizados. Estes índices como índice de liquidez e índice de endividamento, devem ser utilizados para que se extraiam as melhores conclusões, de maneira comparativa, seja relacionando-se com os apurados em períodos passados ou com valores apresentados por outras empresas ou entidades do mesmo setor de atividade. Vale ressaltar que apenas o último balanço é insuficiente para uma análise, por que este, isoladamente, não permite formular uma ideia da evolução da empresa no tempo. Dai a importância de estudar ao menos os últimos três balanços patrimoniais.

A análise econômica e financeira da FUNCERN está fundamentada nos relatórios gerenciais e demonstrações contábeis dos exercícios 2014, 2015 e 2016. Foram analisados os seguintes índices financeiros

4.1.1 Capital Circulante Líquido

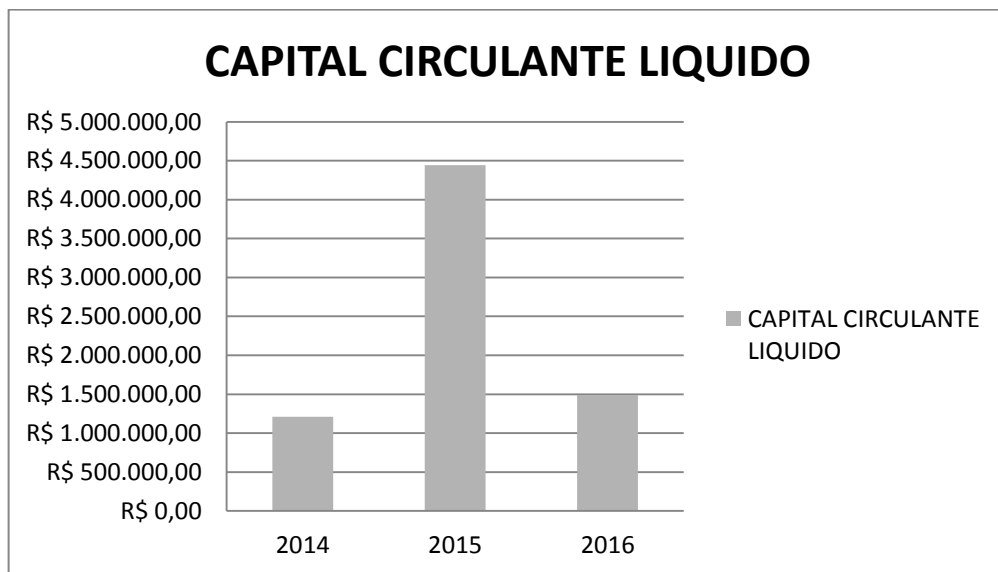
É a diferença encontrada entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante (CL = AC – PC).

Quadro 1 – CCL = AC – PC

ANO	ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE	CCL
2014	R\$ 26.129.822,00	R\$ 24.920.937,00	R\$ 1.208.885,00
2015	R\$ 17.338.606,00	R\$ 12.895.894,00	R\$ 4.442.712,00
2016	R\$ 11.821.912,00	R\$ 10.329.936,17	R\$ 1.491.975,83

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

O Capital Circulante Líquido que se baseia na diferença entre os ativos e passivos circulantes, verificou-se que o Ativo Circulante da FUNCERN é superior ao Passivo Circulante, representando assim uma sobra de fonte de financiamento a longo prazo, o que caracteriza uma folga financeira, podendo honrar com seus compromissos a curto prazo, verificando uma estabilidade financeira, conforme demonstrado no quadro acima.

Gráfico 1 – Capital Circulante Líquido

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

4.1.2 Índices de Liquidez

Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros sendo de grande importância para os diversos usuários das demonstrações contábeis (ASSAF NETO, 2015, p. 129). O comportamento dos índices que medem a liquidez evidencia os

aspectos financeiros da entidade.

Os índices medem o endividamento onde, por meio desses indicadores, verifica-se o nível de endividamento da empresa. Com isso, a análise de liquidez ou da capacidade de pagamentos dos compromissos de uma empresa é realizada por meio do cálculo e interpretação dos índices de liquidez. Os índices de liquidez mais utilizados são: Liquidez Imediata ($LI = \text{Disponível}/PC$), Liquidez Seca ($LS = AC - STK/PC$); Liquidez Corrente ($LC=AC/PC$) e Liquidez Geral ($LG= AC + ARLP/PC + PNC$). No estudo realizado na FUNCERN, foram analisados os índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral. Os demais índices não foram utilizados por não ser indicado para organizações do terceiro setor e por não ser comum a existência de estoques ou de ativos e passivos de longo prazo.

4.1.2.1 Liquidez Imediata

Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa.

Vale ressaltar que os recursos das organizações do terceiro setor são oriundos de projetos previamente financiados por organizações do setor público e ou privado ou por pessoas físicas e devem ser integralmente aplicados em seus objetivos, em geral, não possibilitando o acúmulo de recursos em reais.

4.1.2.2 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente sugere o confronto dos ativos circulantes com os passivos circulantes, determinando, segundo Marion (2012), a capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo (12 meses). Indica quanto a empresa possui de ativos realizáveis no curto para honrar o total de suas dívidas também de curto prazo.

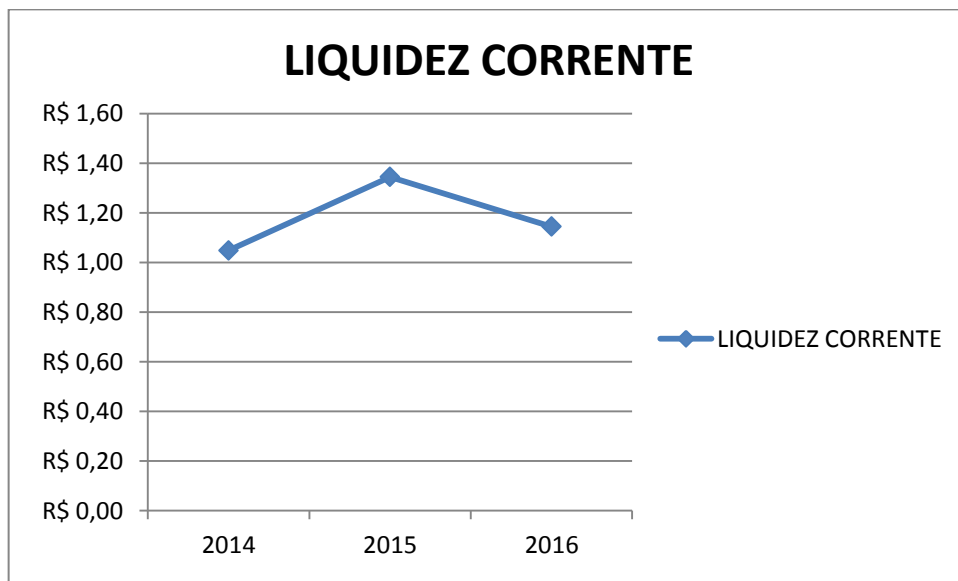
Quadro 2 – LC = AC/PC

ANO	ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE	LC
2014	R\$ 26.129.822,00	R\$ 24.920.937,00	R\$ 1,05
2015	R\$ 17.338.606,00	R\$ 12.895.894,00	R\$ 1,34
2016	R\$ 11.821.912,00	R\$ 10.329.936,17	R\$ 1,14

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

Constatou-se uma regularidade do índice durante o período estudado, e uma diminuição gradual do disponível e que deve diminuir ainda mais em 2017 devido a escassez de recursos principalmente público, apontado em notas explicativas do Balanço Patrimonial de 2016 no item recursos a receber a longo prazo.

Observando-se que no ano 2015 o Índice de Liquidez Corrente de 1,34, que nesse ano em particular a redução no exigível foi maior em relação ao disponível.

Gráfico 2 – Liquidez Corrente

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

4.1.2.3 Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$1,00 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo (ASSAF NETO, 2015, p.191).

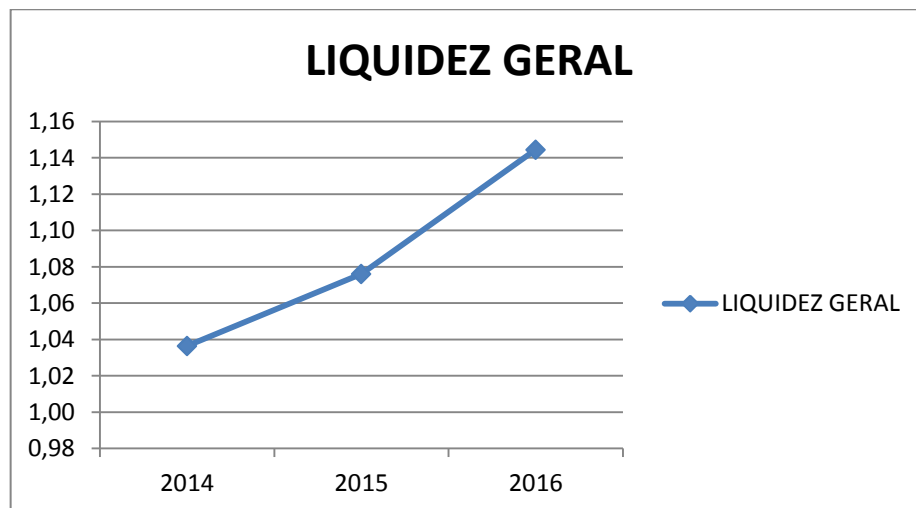
Quadro 3 – $LG = AC+ARLP/PC+PNC$

ANO	AC + ARLP	PC + PNC	LG
2014	R\$ 34.412.731,00	R\$ 33.203.846,00	R\$ 1,04
2015	R\$ 18.622.569,00	R\$ 17.305.885,00	R\$ 1,08
2016	R\$ 11.821.912,00	R\$ 10.329.936,00	R\$ 1,14

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

Constatou-se um crescimento sutil na liquidez geral durante o período estudado, apesar de no ano de 2016, o Realizável a longo prazo (Recursos de projetos a receber) apresentar saldo zero. Observando-se que o Ativo Circulante + o Realizável a longo prazo diminuiu na mesma proporção que o Passivo exigível a curto e longo prazo.

Na interpretação do índice, no período quanto maior, melhor, sob o foco da capacidade de pagamento. A liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos seus compromissos.

Gráfico 3 – Liquidez Geral

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

4.1.3 Índices de Endividamento

O índice de endividamento é obtido pela relação entre o capital de terceiros (curto e longo prazo) e o capital próprio. Endividamento = Passivo Total/PL.

Representa quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$1,00 de capital próprio aplicado. “O índice também pode ser definido pela relação somente das dívidas de curto prazo ou de longo prazo com o patrimônio líquido, revelando o endividamento em função da maturidade do passivo” (ASSAF NETO, 2015, p. 165).

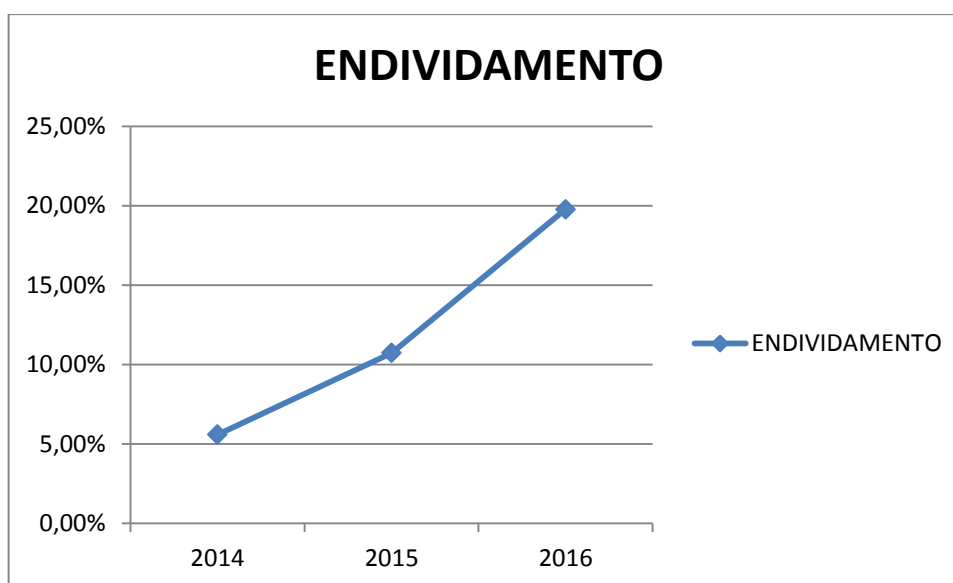
Quadro 4 – CE = PL/PC+PNC

ANO	PC + RLP	PL	ENDEV
2014	R\$ 33.205.860,00	R\$ 1.855.434,00	5,59%
2015	R\$ 17.307.900,00	R\$ 1.857.001,00	10,73%
2016	R\$ 10.328.952,00	R\$ 2.041.485,00	19,76%

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

A análise do endividamento tem o objetivo de demonstrar a proporção da utilização de capital próprios e de capitais de terceiros em uma organização. Vale lembrar que o capital próprio é representado pelo patrimônio social e o capital de terceiros é representado pelo passivo circulante somando ao passivo exigível a longo prazo. No caso do terceiro setor, o capital próprio é composto unicamente pelo Patrimônio Social, que é integralmente formado pelo acúmulo de superávits e déficits do exercício.

Ao analisar o Grau de Endividamento da FUNCERN, verificou-se que a existência de endividamento na entidade, são os recursos de terceiros, classificados nas contas “convênios a executar” a curto e longo prazo. No entanto, pode-se observar que também houve um pequeno crescimento no Patrimônio Líquido, decorrente do Superávit apurado nos últimos anos.

Gráfico 4 – Endividamento

Fonte: Balanço Patrimonial da FUNCERN (2014, 2015 e 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho visou demonstrar que as organizações do terceiro setor vêm assumindo cada vez mais um papel relevante na sociedade, estabelecendo uma concorrência na captação de novos recursos para aplicação em projetos direcionados a realidades específicas sob um aspecto de concorrência.

Nesse contexto, percebe-se a importância estratégica da correta prestação de contas por parte das organizações de terceiro setor, que utilizam suas informações e relatórios contábeis como principal fator de transparência da gestão dos recursos.

O presente estudo se propôs a analisar o terceiro setor sob a ótica da gestão econômico-financeira, possibilitando estruturar uma base de análise composta por alguns tipos de indicadores que efetivem a transparência numa abordagem comparativa entre organizações distintas. Essa compreensão pode enfatizar a necessidade da manutenção da constante relação do terceiro setor com o poder público e com a iniciativa privada, na busca de estabelecer ações sustentáveis voltadas a situações sociais emergentes. Com base nesse importante papel em nossa sociedade, temos que atentar para a estrutura patrimonial e de resultados das organizações caracterizadas como terceiro setor, sugerindo observar não apenas os indicadores de desempenho dos projetos isoladamente, como também passando a

analisar o sistema institucional existente entre eles. O comparativo nos mostra a indicação de que a Fundação necessita de mudanças na estratégia de gestão quanto em avaliar melhor a origem dos seus recursos, e considerando as particularidades de uma instituição sem fins lucrativos, fundação de apoio, a geração de valor é para o benefício da sociedade e o valor econômico agregado é para a comunidade, a FUNCERN hoje tem dificuldades de implementar projetos ou até mesmo financiar com recursos próprios pequenos projetos, projetos estes que geram benefícios a comunidade, Isso porque a receita apresentada na demonstração de resultado não é gerada por todo o sacrifício exposto no custo dos serviços que a FUNCERN realiza. Sendo assim, deve-se usar um valor de receita que seja compatível com os custos incorridos, qual seja, incorporar a receita todos os serviços como os convênios que via de regra são contratos firmados com entidades públicas e não admitem cláusulas de remuneração para entidade, ou seja, não é possível a cobrança de taxa administrativa aos serviços que a Fundação presta. Diante dessas circunstâncias, hoje já é uma preocupação para os gestores dessas instituições por que essa modalidade de receber recursos através de convênios tem sido bastante representativa nas Fundações de apoio e que vem a causar a redução ou o não aumento no patrimônio social.

Por fim, vale ressaltar a importância do estabelecimento criterioso dos indicadores a serem utilizados em determinada instituição, devendo ser apresentados como um método complementar de análise de desempenho, de forma que ao final os indicadores sirvam efetivamente para análise do desempenho organizacional no contexto do terceiro setor, auxiliando na real percepção da melhor opção de “investimento” social e na percepção de sustentabilidade da instituição gestora dos recursos públicos e privados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Álvaro Pereira de et al. Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. 3. ed. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015.

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. Gestão Baseada em Valor Aplicada ao Terceiro Setor. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, Edição Comemorativa

FEA/USP 60 ANOS, p. 105-118, set. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea09.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guastu. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: organizadora e colaboradora. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BOCCHI, Olsen Henrique. **O terceiro setor**: uma visão estratégica para projetos de interesse público. Curitiba: InterSaberes, 2013.

BRASIL. Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994: dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 20 dez. 1994. Disponível em:
<www.planalto.gov.br/aaivil_03/leis/L8958.htm>. Acesso em 24 ago. 2017.

BRASIL. **Regulamenta a Lei n.8.958, de 20 de dezembro de 1994**: que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto n. 5.205, de 14 de setembro de 2004. Disponível em:
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7423.htm>. Acesso em 20 set. 2017.

CFC. NBC TG 26(R4). Apresentação das Demonstrações Contábeis. **DOU 06/11/15**. Disponível em: <cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas>. Acesso em 20 set. 2017.

FRANÇA, Antônio de França et al. **Manual de procedimentos para o terceiro setor**: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: CFC/FBC: Profis, 2015.

GARRISSON, Ray h.; NORREN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. Rio de Janeiro: LCT, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um artigo científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZZIOLI, Airton; RAFAEL, Edson José. **Fundações privadas: doutrina e prática.** São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Gudriam Marcelo; FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade para Entidade sem Fins Lucrativos: teoria e pratica.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS, Alberto Borges. **Análise financeira fundamentalista de empresas.** CEPEFIN. Equipe de professores do INEPAD. São Paulo: Atlas, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor).** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL FUNCERN. Disponível em: <<http://www.funcern.br/institucional.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

REZENDE, Tomaz Aquino et al. **Roteiro do Terceiro Setor. Associações e Fundações: o que são como constituir e prestar contas.** 3. ed. Belo Horizonte: PRAX, 2006.

RIBEIRO, Érika Cristiane dos Santos et al. **Manual de orientações a trabalhos acadêmicos.** 2. ed. Natal: UNI-RN, 2015.

SILVA, Maurício Corrêa da. **Demonstrações contábeis públicas: indicadores de desempenho e análise.** São Paulo: Atlas, 2012.